



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Noticias de interesse da segurança publica em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana de 15 a 19 de fevereiro de 2016.

1. PODER LEGISLATIVO – CÂMARA DOS DEPUTADOS

1.1 PLENÁRIO

Lançada Frente Parlamentar Mista pelo Aperfeiçoamento da Justiça Brasileira

Deputados e senadores lançaram nesta quinta-feira (18) a Frente Parlamentar Mista pelo Aperfeiçoamento da Justiça Brasileira. O objetivo, segundo o autor do pedido para registro da Frente, deputado Valtenir Pereira (PMB-MT), é aperfeiçoar a legislação para que a Justiça possa funcionar de maneira mais eficiente. Pereira afirmou que os parlamentares vão trabalhar para acelerar a aprovação de matérias importantes para o Judiciário brasileiro. Segundo o procurador geral do trabalho, Ronaldo Fleury, o primeiro passo para melhorar a Justiça já foi dado pelo Congresso Nacional ao aprovar o novo Código de Processo Civil. Fleury defendeu a diminuição no número de recursos como forma de dar mais celeridade aos processos judiciais.

Leia
isso

1.2 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Mudanças na organização das polícias voltam à pauta da CCJ neste ano

Corporativismo das polícias Civil e Militar dificultam mudanças, segundo deputados e especialistas. No início dos trabalhos legislativos, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) deve analisar propostas que estabelecem mudanças na organização das polícias no Brasil. Das ideias para melhorar a segurança pública no País, a criação de uma polícia unificada, unindo policiais civis e militares numa mesma instituição, e a instalação do chamado ciclo completo de polícia provocaram polêmicas em 12 seminários realizados pela CCJ, ao longo de dois meses, no segundo semestre do ano passado. O ciclo completo de polícia se dá quando uma mesma força policial lida com a prevenção, a repressão, a ocorrência criminal e a investigação. No Brasil, as tarefas são divididas: a Polícia Militar e a Polícia Rodoviária Federal são responsáveis pela prevenção e repressão, e as polícias Civil e Federal, pela investigação.

Leia
isso

ÍNTEGRA DA PROPOSTA:

[PEC-430/2009](#); [PEC-432/2009](#); [PEC-321/2013](#); [PEC-423/2014](#); [PEC-431/2014](#); [PEC-89/2015](#); [PEC-127/2015](#)

Morador que esconder réu com prisão expedida poderá ser preso em flagrante

Atualmente, o Código de Processo Penal prevê que o morador é intimado a entregar o réu ou a casa será arrombada pelo executor do mandado, na presença de testemunhas. Proposta em análise na Câmara dos Deputados modifica o Código de Processo Penal (CPP -[Decreto-Lei 3.689/41](#)) para prever a hipótese de prisão em flagrante do morador que ocultar em sua residência réu com ordem de prisão expedida. A medida está prevista no [Projeto de Lei 512/15](#), de autoria do deputado Major Olímpio Gomes (PDT-SP). O código atual prevê apenas que o morador que se recusar a entregar o réu oculto em sua casa “será levado à presença da autoridade, para que se proceda contra ele como for de direito”.

Leia
isso

PEC inclui saneamento básico entre os direitos sociais previstos na Constituição

Está em análise na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição ([PEC](#)) [93/15](#), que inclui o saneamento básico entre os direitos sociais previstos na [Constituição](#). O texto é de autoria do deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE). Atualmente, são direitos sociais (relacionados ao bem-estar geral e à justiça social) a educação, a saúde, a alimentação, o



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Agentes da segurança pública poderão ter acesso a financiamento habitacional

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados aprovou a criação de linhas de financiamento específicas para que militares das Forças Armadas e integrantes dos órgãos de Segurança Pública adquiram casa própria. O Programa de Financiamento Habitacional para Militares das Forças Armadas e Integrantes dos Órgãos de Segurança Pública (PFHFASP) também vai beneficiar integrantes das guardas municipais, agentes penitenciários e agentes de trânsito. Relator na comissão, o deputado Ademir Camilo (PROS-MG) propôs um substitutivo para corrigir questões de técnica legislativa e para limitar a abrangência do texto original – [Projeto de Lei 1656/15](#), do deputado Cabo Daciolo (sem partido/RJ). O substitutivo, por exemplo, limita o acesso ao programa a profissionais de baixa patente, os quais, segundo o texto do relator, devem ter remuneração bruta inferior a R\$ 8 mil mensais no ato da contratação. O texto original não previa limite de renda para adesão ao programa.

Leia
isso

Câmara aprova exame de vista obrigatório no ensino fundamental

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aprovou, em caráter conclusivo, o [Projeto de Lei 5963/01](#), do deputado Milton Monti (PR-SP), que torna obrigatório o exame de acuidade visual para todos os alunos matriculados no ensino fundamental, em escolas públicas e particulares. A proposta foi enviada para análise do Senado Federal. Conforme o projeto, o exame deverá ser realizado durante o primeiro semestre do ano letivo. O texto permite que a avaliação de acuidade visual seja realizada preliminarmente por professores treinados por médicos oftalmologistas. Quando for verificado que o aluno apresenta qualquer alteração visual, ele deverá ser encaminhado ao oftalmologista.

1.3 COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Comissão aprova criação do Plano Nacional de Redução de Homicídios

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 2026/15](#), que institui o Plano Nacional de Redução de Homicídios (PNRH). O projeto, do deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG), estabelece prioridade para os entes federados que apresentem taxas de homicídio superiores ao dobro da taxa nacional e também para as regiões metropolitanas. Conforme o projeto, a execução do PNRH e o cumprimento das metas a serem estabelecidas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelo Ministério da Justiça; pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados; pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado; e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A proposta prevê a identificação dos locais com maior concentração de homicídios e a elaboração de diagnósticos que identifiquem as causas dessas taxas. A partir desses diagnósticos, o poder público vai sugerir estratégias de intervenção que envolvam diferentes fatores, entre eles a alteração dos padrões de policiamento e o aperfeiçoamento da estratégia de controle de armas.

Entre as políticas públicas sugeridas estão:

- ampliação do contingente para prestação do serviço militar inicial, incluindo o fomento à criação e instalação de órgãos de formação de reserva;
- reajuste dos auxílios financeiros previstos no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci);
- ampliação do serviço civil alternativo;
- concessão de bolsas de estudo para a educação de jovens e adultos;
- estímulo ao voluntariado em todos os níveis e segmentos;
- aumento das penas dos crimes com resultado morte;
- aumento das penalidades por crimes e infrações de trânsito que resultem em morte e naqueles decorrentes de imprudência do condutor;

Leia
isso



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

- valorização dos profissionais da segurança, com melhor capacitação e treinamento contínuos e aumento de remuneração.

O projeto, que tramita em **caráter conclusivo**, ainda será analisado pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

1.4 COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Comissão aprova apreensão de veículos de estrangeiros até pagamento de multa

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados aprovou o [Projeto de Lei 197/15](#), do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que prevê a apreensão, até o pagamento das multas devidas, de veículos com placa estrangeira flagrados contrariando as normas de trânsito brasileiras. Atualmente, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB, [Lei 9.503/97](#)) estabelece que os veículos não poderão deixar o território nacional sem antes quitar os débitos, mas a regra nem sempre é cumprida. A apreensão garantiria o pagamento das dívidas.

MP autoriza União a reincorporar trechos de rodovias federais transferidas para estados

O governo federal enviou ao Congresso Nacional a [Medida Provisória 708/15](#), que autoriza a União a reincorporar trechos da malha rodoviária federal transferidos a 15 estados por força da Medida Provisória 82/02. A transferência aos estados dos trechos havia sido feita a pedido dos próprios entes estaduais, conforme destaca a exposição de motivos do governo. Porém, segundo o governo, agora “há interesse de que a posse e o domínio retornem para o âmbito federal, para viabilizar a sua concessão”. Outro fator preponderante, de acordo com o governo, é que parte dessa malha rodoviária, atualmente com estados, apresenta empreendimentos relacionados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). “Alie-se aos fatos apresentados a restrição orçamentária e financeira vivenciada pelos estados, situação que inviabiliza a destinação de verbas para a execução de obras de recuperação e manutenção de trechos rodoviários”, acrescenta a justificativa.

Leia
isso

1.5 COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Câmara rejeita isenção de taxa para renovação de porte de arma de policiais aposentados

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados rejeitou o [Projeto de Lei 4821/12](#), do deputado Fernando Francischini (SD-PR), que isenta integrantes do sistema de segurança pública, aposentados ou transferidos para a reserva remunerada, do pagamento da taxa para renovação do porte de arma de fogo. Pelo Estatuto do Desarmamento ([Lei 10.826/03](#)), a taxa hoje é de R\$ 60,00 e apenas policiais da ativa são isentos. Como o parecer do colegiado é terminativo e não houve recurso para análise pelo Plenário, a proposta foi arquivada.

Leia
isso

1.6 COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Comissão de Trabalho fixa condições de ingresso nas polícias militares

Relator apresentou emendas para exigir cursos de aperfeiçoamento para promoção aos postos de sargento, subtenente, major e coronel. A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei [482/15](#), do deputado Capitão Augusto (PR-SP), que estabelece condições de ingresso nas polícias militares. O projeto altera o Decreto-Lei [667/69](#), que hoje diz apenas que o ingresso no quadro de oficiais será feito por meios de cursos de formação da própria Polícia Militar ou de outro estado. O autor do projeto observa que hoje existem, nos estados, legislações diferenciadas quanto às exigências mínimas para o ingresso nas suas carreiras. O deputado acredita que deve haver um padrão nacional mínimo para o ingresso nas instituições. Segundo ele, vários estados já contemplam as exigências previstas no projeto, como Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina, Piauí, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Leia
isso



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

[Comissão aprova preferência para fardas nacionais em licitações](#)

Proposta ainda será analisada pela Comissão de Finanças e Tributação e pela CCJ. A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público aprovou o [Projeto de Lei 3368/12](#), do deputado Paulo Foletto (PSB-ES), que autoriza o governo a comprar fardas produzidas no Brasil, mesmo que elas custem até 25% mais que as importadas. Atualmente, esse percentual, chamado de margem de preferência, é de 8%. Foletto citou que o Ministério da Defesa gasta R\$ 100 milhões por ano na compra de 400 mil uniformes camuflados de indústrias localizadas na China. Ele observou ainda que o Exército da China é proibido de usar fardas estrangeiras.

[Projeto quer incluir agentes de trânsito entre profissões consideradas perigosas](#)

A Câmara dos Deputados analisa a proposta que inclui a fiscalização de trânsito, operação ou controle de tráfego de veículos terrestres nas atividades consideradas perigosas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Conforme o texto, estes trabalhadores se submetem a situações de constante risco ao se expor em cruzamentos e estações de passageiros, além do risco de morte do agente nas operações de fiscalização, a chamada "blitz". A medida está prevista no [Projeto de Lei 447/15](#), do deputado Décio Lima (PT-SC). Segundo o deputado, a categoria contabiliza, em média, 15 mortes por ano. O que, frente ao efetivo nacional, próximo a 25 mil agentes, representa um número proporcional de vítimas superior às ocorrências nas Forças Armadas e na própria Polícia Militar.

[Projeto torna obrigatório pregão eletrônico para compras governamentais](#)

A Câmara dos Deputados analisa o [Projeto de Lei 285/15](#), da deputada Conceição Sampaio (PP-AM), que obriga o uso de pregão para as compras governamentais de bens e serviços comuns e determina que, a não ser que haja impossibilidade técnica, o pregão deverá ser eletrônico. A intenção é eliminar a interferência pessoal durante o processo licitatório, na tentativa de evitar fraudes. Atualmente, o uso do pregão eletrônico é uma opção para o gestor público. Pelo projeto, o pregão eletrônico deverá garantir condições de segurança em todas as etapas do certame e ter certificação digital, além de outras regras impostas por regulamento. (...) A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Leia
isso

1.7 COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

[Comissão aprova medida para coibir comércio de celulares roubados](#)

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados aprovou proposta que restringe a comercialização de aparelhos eletrônicos destinados a promover alterações no IMEI (International Mobile Equipment Identity) dos telefones celulares. Pela proposta, a comercialização desse tipo de aparelho dependerá de autorização da Polícia Federal. Os aparelhos destinados a promover alterações no código identificador de celular permitem a seu operador alterar ou excluir a identificação originalmente inserida pelo fabricante no telefone. Com essas alterações no IMEI, celulares furtados ou roubados podem ser reativados e recolocados no mercado, por exemplo. [PL-1381/2015](#).

Leia
isso

1.8 COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI CRIMES CIBERNÉTICOS

[Vítimas de assédio sexual online têm idade média de 10 anos, diz ONG na CPI dos Crimes Cibernéticos](#)

A ONG Think Olga, que participou nesta terça-feira (16) de audiência pública na CPI dos Crimes Cibernéticos para discutir o assédio sexual a crianças nas redes sociais, revelou que a média de idade dessas vítimas é de cerca de 10 anos. Segundo a criadora da campanha "hashtag" #PrimeiroAssédio, Juliana de Faria, em menos de cinco dias, mais de 80 mil pessoas se manifestaram contando os casos de assédio que vivenciaram na infância ou na adolescência. Ela contou que a campanha "Primeiro Assédio" foi lançada após o episódio envolvendo uma participante do reality show MasterChef Júnior, da Band. A menina de 12 anos foi alvo de comentários de cunho sexual nas redes sociais no ano passado. O levantamento da ONG foi feito



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

com base em três mil mensagens no Twitter e a idade média de 9,7 anos para vítimas de assédio é considerada alarmante, segundo Juliana de Faria. Conforme avalia, esse dado revela que a sociedade está “sexualizando” as meninas muito cedo e as consequências podem se refletir em traumas na fase adulta. Ela afirma que o caminho para evitar esse tipo de assédio passa por uma mudança de cultura.

1.9 OUTRAS NOTÍCIAS DA CÂMARA

Comissão obriga clubes a contratar agentes de segurança para eventos esportivos

A Comissão de Esporte aprovou proposta que obriga entidades de prática desportiva detentoras do mando de jogo a contratar agentes de segurança privada para atuar no interior dos estádios e nos demais locais de realização de eventos esportivos. Atualmente, o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671/03) determina que a segurança, dentro e fora, dos locais de eventos esportivos seja realizada por forças de segurança pública, a pedido da entidade detentora do mando de campo. Normalmente, a segurança interna é realizada pela Polícia Militar. Já nas partes externas dos estádios, o trabalho é dividido entre os policiais militares e agentes de trânsito.

Leia
isso

2. PODER LEGISLATIVO – SENADO FEDERAL

2.1 AGENDA BRASIL

Liberação dos jogos de azar foi aprovada na Comissão da Agenda Brasil

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN) concluiu no dia 16 de dezembro, em turno suplementar, votação favorável ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 186/2014, que regulamenta a exploração dos jogos de azar. A proposta autoriza o funcionamento no país de cassinos e bingos, além de legalizar jogos eletrônicos e o jogo do bicho. O texto aprovado foi o substitutivo proposto pelo relator, senador Blairo Maggi (PR-MT). O projeto, que faz parte da Agenda Brasil, recebeu decisão terminativa e por isso deve seguir para análise na Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso — endossado por pelo menos nove senadores — para que a decisão final seja em Plenário.

2.2 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

CCJ aprova proposta que amplia poder dos estados de criar leis

A União poderá perder a competência de legislar privativamente sobre assuntos como trânsito, transporte, licitação e contratação. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou nesta quarta-feira (17) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 47/2012, que deverá permitir aos estados e ao Distrito Federal (DF) legislarem de forma concorrente sobre esses temas. Com a decisão da CCJ, a PEC seguirá para votação do Plenário do Senado, em dois turnos. Se aprovada, será encaminhada à Câmara dos Deputados. De autoria das Assembleias Legislativas, a PEC amplia a competência legislativa estadual também para instituir normas sobre organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares. De acordo com o artigo 22 da Constituição, atualmente essa competência é privativa da União.

Leia
isso

CCJ pode votar alternativa à redução da maioria penal

Uma alternativa à redução da maioria penal pode ser votada, na quarta-feira (24), pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Projeto de lei (PLS 55/2015) do senador Otto Alencar (PSD-BA) muda o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para ampliar, em seis anos, o prazo máximo de internação do menor infrator e impedir a liberação automática, aos 21 anos, do adolescente que tiver cometido crime hediondo ou contra a vida. A relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), já apresentou parecer pela aprovação. - É um projeto extremamente atual.

Leia
isso



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

Em vez de tratar da redução da maioria penal, seguiu um caminho alternativo de ampliar o prazo de internação dos jovens delinquentes. Com essa modificação, o juiz poderá, com base no exame criminológico, decretar o regime de semi liberdade ou liberdade assistida do jovem infrator que não esteja apto a voltar ao convívio social. O projeto promove, indiscutivelmente, um necessário aprimoramento no ECA – avaliou Ana Amélia. A relatora fez a análise do PLS 55/2015 na quarta-feira (24), durante reunião da CCJ. O projeto estava em pauta para ser votado, mas o processo foi adiado por pedido de vista coletiva, solicitado pelos senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e José Pimentel (PT-CE).

2.3 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Qualidade dos equipamentos usados por policiais será tema de audiência na CDH

A precariedade dos equipamentos usados pelas polícias no Brasil levou a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a agendar uma audiência pública para debater o assunto. **A reunião está marcada para segunda-feira (22), às 9h.** A iniciativa partiu do senador José Medeiros (PPS-MT), que pretende discutir a regulamentação dos materiais empregados nos dispositivos; a necessidade de se aprimorar o controle de qualidade e confiabilidade dos produtos; e aspectos relativos à proteção da indústria nacional e à abertura ao mercado externo. "Recentemente, no interior de Alagoas, um policial rodoviário federal morreu porque um simples disparo de revólver calibre 38 transfixou o colete usado por ele. Essa é mais uma trágica consequência da precariedade dos equipamentos de que dispõem os policiais brasileiros no combate à criminalidade", observou o parlamentar no requerimento em que pediu a audiência. Foram convidados representantes do Comando Logístico do Exército, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Militar do Mato Grosso, da Polícia Civil do Espírito Santo, da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais e da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança.

Leia
isso

2.4 COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

ÁUDIO: Hélio José apresenta projeto que amplia proteção da Lei Maria da Penha

O senador Hélio José (PMB-DF) apresentou projeto ([PLS 28/2016](#)) que protege as mulheres vítimas de violência doméstica nos casos em que o agressor mora no mesmo bairro ou condomínio em que elas residem. A proposta amplia as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha. Uma das mudanças sugeridas por Hélio José é que o agressor, mesmo que seja um vizinho, seja obrigado a pagar as despesas se a vítima for obrigada a se mudar para outra casa.

2.5 OUTRAS NOTÍCIAS DO SENADO

Conselho de Comunicação Social propõe criação do Observatório da Violência contra Comunicadores

Em reunião na tarde desta segunda-feira (15), o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) aprovou parecer em que condena "todo e qualquer tipo de violência contra os profissionais de comunicação" e propõe a criação do Observatório da Violência contra Comunicadores, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O parecer aprovado, nº 1/2016, também recomenda a aprovação de três projetos relativos ao tema e ainda sugere a criação de um protocolo para as forças policiais em casos de violência contra comunicadores. O parecer apoia a aprovação do [PLS 743/2011](#), de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), do [PLS 699/2011](#), de autoria do ex-senador Vital do Rêgo, e do [PL 2658/2011](#), do deputado Lindomar Garçon (PV-RO). As três propostas tratam do uso de coletes a prova de balas e demais equipamentos de proteção individual por parte de profissionais do jornalismo que cobrem conflitos ou operações sociais.

Leia
isso



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Comunicações por meio eletrônico equivalem a intimações pessoais

As intimações realizadas pela Justiça por meio eletrônico, como no caso das publicações oficiais pela internet, são consideradas comunicações pessoais para todos os efeitos legais e dispensam outras formas de intimação. A orientação vale para processos civis, penais e trabalhistas. A fundamentação legal do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem origem na Lei 11.419/06, que trata da informatização dos processos judiciais. A lei permitiu aos tribunais a criação dos diários de Justiça eletrônicos, publicações assinadas digitalmente para disponibilização de atos processuais como decisões e sentenças judiciais. Com a implementação dos diários eletrônicos, os prazos processuais começaram a ser contados a partir do primeiro dia útil após a data de publicação na internet. De acordo com a lei, também são consideradas como pessoais as intimações eletrônicas direcionadas à Fazenda Pública.

3.2 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Plenário do Senado Federal aprova nome do general Marco Antônio de Farias como novo ministro do Superior Tribunal Militar

O Plenário do Senado Federal aprovou, na noite desta quarta-feira (17), o nome do general-de-Exército Marco Antônio de Farias para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Mais cedo, o general já havia passado pela sabatina na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) do Senado Federal, onde também recebeu aprovação. A sessão da Comissão foi transmitida ao vivo pela TV Senado. A análise e chancela do Senado é o último passo do processo de escolha de um ministro, após a indicação do candidato pela presidente da República, conforme consta no artigo 123 da Constituição Federal. O novo membro do STM aguarda agora a nomeação da presidente Dilma Rousseff para poder tomar posse.

3.3 TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Informações sobre as Eleições 2016 podem ser acessadas no Portal do TSE

Estão disponíveis no Portal do TSE as principais informações sobre as Eleições Municipais de 2016, que acontecerão no próximo dia 2 de outubro. Para acessá-las, basta clicar no menu “Eleições” > “Eleições 2016”, localizado na aba verde da página inicial do site. Dentre os dados constantes dessa área do Portal estão o Calendário Eleitoral do pleito deste ano – disponível em PDF (Resolução nº 23.450/2015) e em formato de linha do tempo –, além de todas as informações acerca do Teste Público de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação 2016, que ocorrerá de 8 a 10 de março.

3.4 CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Publicação trata da defesa dos direitos das pessoas em situação de rua

Em 2015, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) lançou o Guia de Atuação Ministerial – Defesa dos Direitos das Pessoas de Rua. A publicação é resultado da ação do Grupo de Trabalho “Pessoas em Situação de Rua, Catadores de Materiais Recicláveis, Pessoas Desaparecidas e Submetidas ao Tráfico”, da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), e foi desenvolvida para orientar os membros do Ministério Público na atuação da defesa dos direitos dos que estão em situação de rua.

4. PODER EXECUTIVO



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

4.1 SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

A Secretaria de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos realizará, de 24 a 29 de abril, no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília, as etapas das Conferências Nacionais de Direitos Humanos, seguindo os princípios da transversalidade, interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos. Para fortalecer a participação social de forma ampla e diversa, interligando segmentos e políticas, o evento incluirá a 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, a 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT. E com o objetivo de respeitar as especificidades de cada temática e a evolução histórica de cada conferência, cada uma delas foi organizada a partir de um conjunto de eixos orientadores próprios. (...) Temas das conferências:

- Direitos Humanos para Todas e Todos: Democracia, Justiça e Igualdade;
- Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa – Por um Brasil de Todas as Idades;
- Por um Brasil que Criminalize a Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT;
- Os Desafios na Implementação da Política da Pessoa com Deficiência: A Transversalidade como Radicalidade dos Direitos Humanos.

4.2 SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Pretos e pardos são maiores vítimas das denúncias de violações de direitos humanos

O balanço do Disque 100 revela quem são as principais vítimas de violações de direitos no país: população negra, mulheres e pessoas de 18 a 30 anos de idade. A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos recebeu 137.516 denúncias de violações de direitos humanos em 2015, uma média de 376 registros por dia. O número representa 42% do total de atendimentos realizados no ano passado pela Ouvidoria, que tem como principal canal de comunicação com a sociedade o Disque 100. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira (27) pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos. O balanço do Disque 100 revela quem são as principais vítimas de violações de direitos no país: população negra, mulheres e pessoas de 18 a 30 anos de idade. No que se refere ao recorte por raça/cor dessas denúncias, verifica-se que as maiores vítimas são pessoas negras. O perfil das denúncias de violações de direitos das crianças e adolescentes, por exemplo, é de 57,5% de meninas e meninos pretos e pardos; das denúncias relacionadas às pessoas com deficiência, 56% dos informados são pretos e pardos. A tendência se repete nas denúncias de violações dos direitos da população LGBT, em situação de rua e pessoas em restrição de liberdade. A única exceção é em relação ao grupo das pessoas idosas, onde 52% das denúncias são de pessoas idosas brancas.

4.3 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Força Nacional amplia efetivo para Jogos Rio 2016

O Ministério da Justiça prepara até o próximo sábado (20), mais 570 profissionais para compor a Força Nacional de Segurança Pública durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Os treinamentos estão ocorrendo desde segunda-feira (15), em Boa Vista (RR), Teresina (PI) e João Pessoa (PB) e Gama (DF). "Para garantir a segurança do público e atletas nas instalações dos Jogos Rio 2016, deveremos utilizar cerca de 9,6 mil profissionais da Força Nacional, que atuarão em parceria com outros órgãos federais, estaduais e municipais", explica secretária nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Regina De Luca Miki. As instruções de nivelamento



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

de conhecimento voltadas aos Jogos têm duração de 60 horas/aula e são conduzidos por profissionais que integram a Força Nacional, sempre em parceria com os órgãos locais de segurança pública. Elas estão ocorrendo desde 2015 e devem capacitar profissionais de todas as unidades federativas. Na base da Força no Distrito Federal estão sendo capacitados profissionais oriundos de corporações de 20 estados. Já os treinamentos realizados em Roraima, Piauí e Paraíba são nivelados servidores dos próprios estados. Os participantes recebem aulas de Gestão de Operações em Grandes Eventos; Atendimento Pré-Hospitalar; Busca e Varredura Antibombas; Policiamento de Eventos; Psicologia das Massas; Direitos Humanos; Instrumentos e Técnicas de Menor Potencial Ofensivo; Terrorismo e Contraterrorismo; e Medidas Preliminares em Local de Crise, entre outras disciplinas.

[Ministério da Justiça discute projetos de prevenção à violência contra a mulher](#)

Grupo, liderado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, desenvolverá procedimentos operacionais e capacitação de profissionais no Brasil. A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ) irá desenvolver ações de proteção à mulher vítima de violência de gênero em todo o país. Um grupo de trabalho foi criado nesta quarta-feira (10), através de portaria, para preparar diretrizes e procedimentos operacionais padronizados, além de um projeto pedagógico nacional para capacitar profissionais de policiamento preventivo. "Vamos trabalhar, junto aos profissionais dos estados, para a implementação de modalidades de policiamento preventivo voltados à realização de visitas comunitárias e ações de proteção à mulher, a exemplo do que já é feito em algumas cidades. Queremos ampliar e fortalecer essa política de enfrentamento à violência de gênero", afirma a secretária nacional de Segurança Pública, Regina De Luca Miki. Ainda de acordo com Regina De Luca, além de subsidiar a criação de documentos normativos e padronizar ações operacionais, a Senasp irá levantar, por meio do grupo, equipamentos necessários para a realização desse trabalho preventivo.

Meta - Além de fortalecer o trabalho preventivo das polícias, a Senasp busca também qualificar a investigação de crimes de violência contra mulheres. O objetivo é a redução do feminicídio, definido como a meta para 2016 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp).

PUBLICAÇÕES

[O tempo do processo de homicídio doloso em 5 capitais](#)

[A federalização de graves violações de direitos humanos](#)

4.4 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Pareceres e contribuições apresentadas na primeira fase da consulta estão disponíveis](#)

O Ministério da Educação publicou nesta segunda-feira, 15, as contribuições apresentadas à proposta de Base Nacional Comum Curricular na primeira fase do consulta, encerrada em 15 de dezembro último. Também estão disponíveis no portal da Base os primeiros pareceres dos leitores críticos. Segundo o secretário de Educação Básica, Manuel Palácios, o processo de construção da Base Nacional está sendo feito com a participação da população, das redes de ensino e de especialistas. "Apresentar as colaborações é uma forma de fomentar o debate sobre a Base Nacional Comum Curricular, ao mesmo tempo estamos dando um retorno à sociedade sobre o que já feito até agora", explicou. Colaborações

– Ainda é possível apresentar contribuições à Base. Escolas públicas e particulares, professores, organizações da sociedade civil e cidadãos têm prazo até 15 de março para fazê-lo. As contribuições podem ser individuais ou coletivas, sejam originárias das redes de ensino, de movimentos e organizações da sociedade civil ou de qualquer cidadão que queira colaborar. Também podem ter caráter geral ou tratar pontualmente de cada tema.

4.5 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

FÓRUM: Encontro abre diálogo sobre temas da Previdência

Nos próximos 60 dias, o governo quer construir com entidades de trabalhadores e empresários convergências e opiniões sobre a Previdência para, a partir de maio, encaminhar iniciativas junto ao Congresso Nacional, destacou o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, no Fórum de Debates sobre Políticas de Trabalho, Emprego, Renda e Previdência Social, realizado nesta quarta-feira (17), no Palácio do Planalto, em Brasília. Segundo Rossetto, que coordenou a reunião, o governo não tem uma proposta fechada e nesse prazo uma comissão tripartite criada hoje vai analisar diagnósticos e testar hipóteses. “Abrimos um diálogo e vamos buscar a convergência num ambiente aberto de debate no Fórum”. A referência segundo o ministro é o modelo previdenciário solidário que tem sido grande instrumento de inclusão social. “Queremos mudanças corretas pautadas pela manutenção de um sistema solidário com sustentabilidade financeira no médio e longo prazo. Queremos uma Previdência justa, solidária e sustentável”.

Leia
isso

Períodos trabalhados no serviço público e privado podem ser somados

Certidão de Tempo de Contribuição comprova períodos contribuídos para o INSS ou para o serviço público. De São Paulo (SP) – Os servidores públicos que têm tempo de contribuição na iniciativa privada podem utilizar esse período para se aposentar no órgão onde trabalham. Para isso, é necessário requerer no INSS uma certidão de tempo de contribuição, documento que comprova todo o período trabalhado em empresas privadas. Depois, é só levar a certidão ao setor de recursos humanos do órgão público para ser feita a averbação. Entretanto, se o tempo de contribuição nas empresas já tiver sido utilizado para fins de aposentadoria no INSS, não poderá ser computado pelo órgão público. Os períodos contribuídos como autônomo e facultativo também podem ser computados, desde que haja comprovação por meio das guias de recolhimento.

4.6 MINISTÉRIO DA SAÚDE

Notificação de casos pelo vírus Zika passa a ser obrigatória no Brasil

Ministério da Saúde adotou a medida em parceria com estados e municípios. A notificação das gestantes com suspeita da infecção pelo vírus deverá ser imediata. Estão sendo distribuídos 250 mil testes PCR para o diagnóstico do vírus Zika, de um total de 500 mil. A partir desta quinta-feira (18), a notificação dos casos suspeitos de Zika será obrigatória para todos os estados do país. A medida foi publicada no Diário Oficial da União por meio da portaria 204, de 17 de fevereiro de 2016. A mudança significa que todos os casos suspeitos de Zika deverão ser comunicados pelos médicos, profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, às autoridades de saúde, semanalmente. Nos casos de gestantes com suspeita de infecção pelo vírus ou de óbito suspeito, a notificação será imediata, ou seja, deverá ser feita em até 24 horas. De acordo com o ministro da Saúde, Marcelo Castro, o Zika não existia no Brasil, assim como não existia nenhuma regra no mundo sobre a doença. “A notificação do vírus Zika passa a ser obrigatória no Brasil porque agora temos testes que nos permitem dar com segurança o diagnóstico do vírus. Ou seja, hoje, caso haja alguma dúvida por parte do médico, ele pode requerer o exame para constatar se o paciente está de fato com Zika”, destacou o ministro da Saúde, durante Reunião Bilateral Brasil-EUA, Fortalecimento da Cooperação para a Resposta à Epidemia do Vírus Zika, que acontece nesta quinta-feira (18) em Brasília.

Governo Federal mobiliza escolas para conscientização dos estudantes

A estratégia envolve estudantes e professores de todo o país, além das autoridades dos estados e municípios, para reforçar o combate ao mosquito *Aedes aegypti*. O Governo Federal realiza uma grande mobilização nacional contra o *Aedes aegypti* a partir desta sexta-feira (19) em toda a rede escolar, envolvendo a educação infantil e ensinos fundamental, médio e superior. Ministros, governadores, secretários de educação municipais e estaduais, além de outras autoridades e militares das Forças Armadas, percorrerão as capitais brasileiras e 115 municípios considerados prioritários no combate ao mosquito. A Mobilização Nacional da Educação Zika Zero integra o permanente esforço do Governo Federal, em parceria com os estados e municípios, no



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

enfrentamento do vetor e na conscientização da população e será uma estratégia continuada na rede escolar. O objetivo é aproveitar o período de volta às aulas para incluir as comunidades escolares nas ações de combate e prevenção.

5. OUTRAS PUBLICAÇÕES (SITES, REVISTAS ETC.)

JORNAL O TEMPO - MG

Governo quer elaborar proposta de reforma da Previdência em 60 dias

Ideia é recolher propostas das centrais sindicais e de empresários sobre o tema e encontrar soluções consensuais. O governo federal quer enviar dentro de 60 dias uma proposta de reforma da Previdência ao Congresso Nacional. A ideia é recolher propostas das centrais sindicais e de empresários sobre o tema e encontrar soluções consensuais, que serão encaminhadas aos parlamentares. O anúncio da proposta foi feito após reunião do Fórum de Debates sobre Políticas de Trabalho, Emprego, Renda e Previdência Social, ocorrida na tarde desta quarta-feira (17) no Palácio do Planalto. De acordo com o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, o objetivo para os próximos dois meses é abrir um "diálogo forte" no fórum, onde serão avaliadas hipóteses e cenários e ouvidas opiniões dos aposentados e empresários.

PORTAL TOCANTINS

STF reconhece direito de policiais militares se aposentarem com 25 anos de serviço

Todos os policiais e bombeiros militares conquistaram o direito de se aposentarem, com proventos integrais, aos 25 anos de serviços prestados à Polícia Militar. Esse é o novo entendimento dos Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça de São Paulo. Tais entendimentos foram emitidos em sede de Mandado de Injunção, que é uma ação movida quando não existe uma lei que trate de algum direito constitucional. De fato, a aposentadoria especial por periculosidade está prevista no Art. 40, § 4º da Constituição Federal de 1988, e até o presente momento em São Paulo, o Governo do Estado nada fez para editar lei que regulamente tal direito. Dessa forma, os Desembargadores reconheceram que a atividade policial militar é de fato de alta periculosidade, e por isso, determinaram que a lei aplicável ao Regime Geral de Previdência (Lei 8213) seja agora aplicável ao policial militar, em face da demora do legislador paulista. Com isso, os Tribunais demonstram cada vez mais a nova visão no sentido de que cabe ao Poder judiciário legislar positivamente, em face da demora do Poder Legislativo, considerando o interesse público.

O melhor de tudo é que Judiciário reconheceu que tais decisões são "erga omnes", ou seja, se aplicam a todos os demais integrantes da carreira policial (civil ou militar), e tal aposentadoria DEVE SER REQUERIDA NA VIA ADMINISTRATIVA AO COMANDANTE IMEDIATAMENTE SUPERIOR, requerimento este que não pode ser negado, pois do contrário, haverá flagrante desobediência à ordem judicial da via mandamental.

RECEITA FEDERAL

VÍDEO: [Coletiva - Regras da Declaração do IRPF 2016](#)

O supervisor nacional do Imposto de Renda, Joaquim Adir, fala em entrevista coletiva sobre as regras da Declaração do IRPF 2016. No DOU foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1613, que trata do tema. [Clique aqui.](#)

6. ASSUNTOS INTERNOS DA FENEME



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

AGENDA DO CONGRESSO NACIONAL PARA A SEMANA DE 22 A 26 DE FEVEREIRO

SENADO FEDERAL

<http://www12.senado.leg.br/noticias/agendasemanal/2016/02/22>

CÂMARA DOS DEPUTADOS

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/503970-AGENDA-DA-PROXIMA-SEMANA.html>

http://www.camara.gov.br/internet/plenario/p_semana/pauta_s.pdf

REUNIAO DA FRENTE PARLAMENTAR DO CICLO COMPLETO DE POLICIA

O Deputado Federal Subtenente Gonzaga convida para a reunião da Frente Parlamentar em Apoio à Adoção no Brasil do Ciclo Completo de Polícia, para tratar das atualizações e planejamento para o ano 2016, que acontecerá no dia **24 de fevereiro do corrente ano às 9h, no plenário 15 do anexo II da Câmara Federal.**

ATIVIDADES REALIZADAS PELA DIRETORIA

- Reorganização do Espaço FENEME com instalação de impressora de mesa, telefone, internet, dentre outras ações para melhor atendimento aos visitantes.
- Reunião do Presidente Cel Marlon, Cel Miler, Cel Aboud, Ten Cel Ronaldo e Maj Specth para organização da reunião Geral da FENEME, conforme comunicado já enviado as Entidades federadas.

PARA CONHECIMENTO: E-MAIL ENCAMINHADO AO TODOS DAFENEME:

Prezados da FENEME

Para conhecimento e preparação de viagem encaminho anexo programação da Reunião Geral da FENEME definida pela direção da Federação no final do mês de Janeiro à ser realizada no dia 1º de Março de 2016 no salão de eventos do já conhecido Hotel Allia no setor hoteleiro norte em Brasília-DF com início definido às 0900H.

Ressaltamos que paralelamente, também como definido em reunião preparatória, haverá, no dia em salão separado, porém paralelo a reunião geral, reunião com os ADVOGADOS e/ou Assessores jurídicos da entidades filiadas, motivo pelo qual solicitamos que todos dirigentes, na medida do possível, se façam acompanhar dos mesmos.

Informamos que o presente convite será enviado à todos os dirigentes das entidades filiadas à FENEME, contudo solicito aos membros da Diretoria executiva, assessores e Diretores Regionais que realizem convite direto a cada dirigente de sua regional e/ou que tenha contato.

Finalmente, contando com a presença de todos informo que convite idêntico ao presente será enviado a todos os oficiais ligados à Federação para que se faça presente (se possível com assessores e membros de sua diretoria) nesta importante reunião geral da FENEME.

SOLICITO A POSSIBILIDADE DE ACUSAR RECEBIMENTO

Atenciosamente

MARLON JORGE TEZA
Coronel PM – Presidente da FENEME

- Visita de comitiva de Oficiais da PMESP ao Espaço FENEME.

<http://www.feneme.org.br/pagina/1402/oficiais-da-pmesp-visitam-quotespaccedilo-fenemequot>

- Visita do Vice Governador de Rondônia e sua comitiva ao Espaço FENEME e preparação para ações no CNJ.



NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

<http://www.feneme.org.br/pagina/1403/vice-governador-de-rondonia-visita-espacedilo-feneme>

- Reunião com Diretor Jurídico da FENEME para ações contra o Programa "Tá no Ar", da Rede Globo (passa todas as 3ª feiras após o Big Brother Brasil), por estar denegrindo a imagem das Corporações Militares.
- Seguem os trechos relativos ao dia 26/01/16 - <http://globoplay.globo.com/v/4765530>
- Segue outro trecho do programa, desta vez relativo ao dia 02/02/16, também ofensivo à PMRJ - <http://globoplay.globo.com/v/4783018>
- Segue link com trecho do programa "Tá no ar", com críticas à PM do RJ - <http://globoplay.globo.com/v/4818453>
- Preparação para participação em Audiência Pública do Senado.

De: SACDH - Secretaria de Apoio à CDH <SCOMCDH@senado.leg.br>

Data: 18 de fevereiro de 2016 10:24:41 BRST

Para: "celaboud@gmail.com" <celaboud@gmail.com>

Assunto: Convite: Reunião da CDH/Senado Federal - OF. nº 86/16

Convite, em anexo, para participar da Mesa de Audiência Pública na CDH, Senado Federal.

Favor confirmar recebimento/presença ou indicar representante neste e-mail, fazendo referência ao número do ofício. (DEFINIDA PARTICIPACAO DO CEL MILER-Dir Assuntos Legislativos da FENEME - NA AUDIENCIA)

Os expositores que tenham interesse em utilizar o sistema multimídia do Senado Federal para suas apresentações deverão comparecer com antecedência à secretaria da Comissão para que sejam testadas.

Aproveitamos a oportunidade para colocar a Secretaria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) à disposição para quaisquer esclarecimentos nos telefones [\(61\) 3303-2005](tel:(61)3303-2005)/1856 Fax: 3303-4646.

Atenciosamente,

Secretaria da CDH.

Senado Federal – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Sala 4–A

70165-900 Brasília - DF

Fone (61) 3303-2005

Brasília, 21 de fevereiro de 2016.

OUTRAS INFORMACOES RELEVANTES E ESTRATEGICAS PARA A FENEME NO AMBITOS DOS PODERES, ORGAOS E INSTITUICOES, ESTAO SENDO REPASSADAS VIA RELATORIOS E COMUNICACOES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSARIOS.